

Mudanças nos diferenciais intersetoriais de salários no Brasil (1995-2005)¹

Cecilia Moreira Borges*

Eduardo Pontual Ribeiro**

RESUMO - Neste trabalho documentamos a evolução nos diferenciais intersetoriais de salários no Brasil para o período recente de 1995 e 2005. Embora este tema não seja novo, nenhum estudo cobriu o período recente com estabilidade de preços – período pós-Plano Real – produzindo estimativas em âmbito nacional, englobando todos os setores da economia, não se restringindo à indústria de transformação. Ao mesmo tempo o período em questão traz grande volatilidade cambial, aprofundamento das privatizações, consolidação da liberalização comercial, contextos macroeconômicos diferenciados e mudanças no perfil da mão de obra, com aumento do desemprego e informalidade, redução da sindicalização, aumento da escolaridade e maior participação feminina. Neste contexto, os resultados indicam mudanças importantes nos retornos à educação, diferenciais por formalidade e gênero. Ao longo do tempo, o ranking dos prêmios não apresentou grandes mudanças sistemáticas, embora os diferenciais em 2005 tenham ficado menos dispersos em relação aos prêmios, comparando com o ano de 1995. Os resultados levantam várias questões a serem analisadas em maior profundidade em futuros estudos.

Palavras-chave: Diferenciais intersetoriais de salários. Prêmios salariais. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

As constatações empíricas da existência e persistência dos diferenciais de salários tem sido um tema amplamente estudado pelos economistas. Ainda que sejam utilizadas variáveis de controle para as características individuais observadas dos trabalhadores (nível de escolaridade, anos de experiência no trabalho, idade, gênero, cor), bem como para as características dos postos de trabalho, constata-se que a filiação industrial por si só corresponde a uma fonte significativa dos diferenciais de salários.

¹ Este trabalho baseia-se em estimativas da primeira autora para o trabalho de conclusão de curso no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Agradecemos a Valéria Pero e Armando Castelar Pinheiro com comentários e sugestões. Os erros são de nossa responsabilidade. As opiniões expressas não representam a posição oficial do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE/MJ).

* Economista pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e Mestranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Endereço eletrônico: c.moreiraborges@gmail.com.

** Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), Economista do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE/MJ) e Pesquisador CNPq. Endereço eletrônico: eribeiro@ic.ufrj.br.

Da incapacidade de se explicar os diferenciais de salários intersetoriais utilizando-se modelos de mercado de trabalho e produto competitivos, surgem os modelos de salário-eficiência e os de *rent-sharing* (PINHEIRO & RAMOS (1995) e ESTEVES & MARTINS (2006), respectivamente, entre outros).

Um trabalho de expressivo destaque para o estudo dos diferenciais intersetoriais de salários no Brasil, apesar de não ter sido o precursor, foi o de Pinheiro e Ramos (1995). Os autores encontraram os maiores prêmios de salários (diferenciais controlados para características individuais e dos postos de trabalho) nos setores Extração e Refino de Petróleo, Instituições Financeiras e Transporte Aéreo, para os anos de 1981, 1985 e 1990. É plausível supor que de lá pra cá as mudanças nestes setores – ou pelo menos nos dois últimos – relativas à concorrência e diminuição da participação estatal possam ter afetado os prêmios salariais pagos por eles.

No período estudado (1995-2005), o Brasil sofreu significativas mudanças estruturais, com destaque para a consolidação da liberalização comercial e estabilização da moeda com o Plano Real. Esta, conforme enfatiza Ramos e Vieira (2001), teve impactos positivos sobre o nível de rendimentos e sua distribuição, muito embora não seja possível afirmar que ela tenha sido capaz de compensar a deterioração sofrida pelos salários antes do Plano e no final dos anos 90. Já a liberalização comercial teve impactos negativos sobre o mercado de trabalho, em termos de queda dos salários reais e racionamento de postos de trabalho, conforme Esteves e Martins (2006), Arbache e DeNegri (2004) e Arbache e Corseuil (2003) entre outros – com foco na indústria de transformação – e resenhados em Corseuil (2003).

Os principais resultados obtidos indicam que a filiação industrial constitui uma fonte significativa de diferenciais de salários para ambos os anos. Aqueles setores que exibiram maiores prêmios de salários no ano de 1995 se mantêm entre as primeiras posições no ano de 2005, tais como Refino de Petróleo, Eletricidade Gás e Água Quente e Intermediação Financeira. Analogamente, setores como Serviços Domésticos, Agricultura e Pecuária, Limpeza Urbana, dentre outros que ocupam as últimas posições nos ranking dos prêmios salariais em 1995, também estão entre os setores que pagam os menores prêmios em 1995.

O presente trabalho divide-se em duas seções e uma conclusão, além desta introdução. A primeira seção apresenta uma descrição dos dados e modelos empregados. A segunda as estimativas de prêmios e diferenciais de rendimentos; por fim tem-se a conclusão.

2 DESCRIÇÃO DOS DADOS E MODELOS

No presente trabalho foram utilizados dados obtidos de subamostras das PNADs 1995 e 2005. Os anos foram escolhidos por representarem períodos distintos da economia brasileira pós-estabilização. O ano de 1995 pode ser visto como um ano de crescimento ainda influenciado pela estabilização do Plano Real de 1994 e influenciado pela abertura econômica da primeira metade da década. Já o ano de 2005 marca o início de um período de crescimento sustentado a partir de 2004, ainda dentro de um período de baixa inflação, embora influenciada por períodos de grande volatilidade do câmbio e desestatização de empresas públicas, principalmente no setor de serviços industriais de utilidade pública.

Foram selecionadas informações de homens e mulheres² entre 25 e 55 anos³ empregados em atividades não-agrícolas. A análise centra-se no rendimento médio mensal do principal trabalho por hora trabalhada na semana de referência. A análise setorial usa a classificação da PNAD para setores, que traz uma agregação diferenciada tanto da CNAE como das Contas Nacionais. Destaca-se que o trabalho considera todos os setores da economia e não apenas a indústria de transformação.

Pode-se notar algumas diferenças entre as amostras de 1995 e 2005, tendo em vista o intervalo de uma década: aumento tanto da idade média quanto da escolaridade média em 1 ano; e o notório crescimento do percentual de mulheres na força de trabalho da economia brasileira também está presente na amostra considerada: passou de 38% em 1995 para 41% em 2005, já documentado em vários outros trabalhos.

O percentual de sindicalizados sofreu leve queda no período considerado (de 21% para 20%). Na medida em que a proporção de sindicalizados pode ser utilizada como *proxy* da força sindical, essa pequena redução pode sinalizar uma perda relativa de capacidade de organização e reivindicação dos sindicatos brasileiros no período.

A composição das participações da força de trabalho setoriais apresenta mudanças significativas ao longo do período. Como era de se esperar, o percentual da mão-de-obra empregada no setor agrícola diminuiu de 1995 para 2005: passou de 12% para 8,55 %, mantendo a trajetória da economia para serviços.

² Muito embora os retornos das mulheres à escolaridade e experiência sejam menores que os dos homens, a presença do primeiro grupo na amostra justifica-se pela tentativa de detectar a discriminação no mercado de trabalho.

³ A exclusão daqueles acima de 55 anos pode ser justificada pelos problemas associados à uma presença provavelmente numerosa de indivíduos que podem ter se aposentado, reduzindo a representatividade daqueles que ainda continuam a trabalhar. Aqueles menores de 25 anos foram retirados para não sobrerrepresentar os que não trabalham por estarem investindo em educação formal.

Um setor que teve um forte incremento no emprego de mão-de-obra foi o de Correios e Telecomunicações, passando de 0,19% para 1%, no período de 1995 a 2005. Este setor passou por mudanças estruturais muito importantes no referido período, tendo ganhado expressivo dinamismo após sua completa privatização.

Muito embora os salários médios desagregados a um dígito tenham aumentado de 50 a 100% no período de 1995 a 2005 em termos nominais⁴, sua ordenação permanece muito semelhante. Dito de outra forma: setores como agricultura, pesca e serviços domésticos apresentam os salários mais baixos tanto para os anos de 1995 quanto para 2005, em contraste com os setores de intermediação financeira e produção distribuição de água e eletricidade, cujos salários médios estão entre os maiores para os dois anos.

TABELA 1 – SALÁRIOS MÉDIOS DOS SETORES A UM DÍGITO

Salário Médio por setores a um dígito	1995	2005
Serviços Domésticos	R\$ 137,90	R\$ 285,83
Pesca	R\$ 180,15	R\$ 393,13
Agricultura	R\$ 238,46	R\$ 450,20
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	R\$ 383,73	R\$ 709,78
Construção	R\$ 404,79	R\$ 657,04
Alojamento e Alimentação	R\$ 418,74	R\$ 648,76
Educação	R\$ 443,07	R\$ 937,03
Indústria de Transformação	R\$ 502,62	R\$ 832,00
Comércio; Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	R\$ 554,56	R\$ 844,00
Transporte, Armazenagem e Comunicações	R\$ 581,26	R\$ 978,00
Indústrias Extrativas	R\$ 659,97	R\$ 1.252,67
Saúde e Serviços Sociais	R\$ 709,78	R\$ 1.240,15
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	R\$ 729,73	R\$ 1.198,58
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	R\$ 740,62	R\$ 1.520,49
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	R\$ 986,69	R\$ 1.640,10
Intermediação financeira	R\$ 1.176,83	R\$ 2.118,03
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	R\$ 2.084,00	R\$ 522,94

FONTE: Dados brutos da PNAD 1995 e 2005.

Seguindo em grande parte a metodologia proposta por Pinheiro e Ramos (1995), os diferenciais de salários foram estimados através de equações de rendimentos mincerianas, com base nas duas medidas propostas pelos autores e acrescentando-se às variáveis de controle propostas pelos autores as *dummies* de raça e gênero. Na primeira medida, o logaritmo do rendimento mensal do trabalhador é regredido contra apenas as *dummies* de atividade econômica – medida doravante denominada diferencial. Formalmente:

$$\log W_{i,k} = c_0 + c_1 D_1 + c_2 D_2 + \dots + c_k D_k + \mu_d \quad (1)$$

⁴ Para um aumento do deflator de rendimentos da PNAD de 119% no período.

onde: $W_{i,k}$ = renda mensal do trabalhador i no setor k , D_1, D_2, \dots, D_k = *dummies* das atividades econômicas, μ_i = erro da estimação dos diferenciais de salários

Já a segunda medida – doravante denominada prêmio – é estimada regredindo o logaritmo da renda não só contra as *dummies* de setor, mas também contra um conjunto de variáveis relacionadas às características observáveis do indivíduo e do emprego ocupado, seguindo as sugestões de Menezes-Filho (2002) e a exaustiva resenha de Corseuil (2003). Formalmente:

$$\log W_{i,k} = b_0 + \sum_j b_j D_j + f_1 E + f_2 E^2 + f_3 I + f_4 I^2 + f_5 EI + f_6 Ch + f_7 Gen + f_8 Sind + f_9 RM + \sum_k g_k UF_k + \sum_m g_m Cor_m + \mu_i \quad (2)$$

onde além das variáveis do modelo anterior, temos: E = anos completos de estudo; I = idade (em anos); E^2 e I^2 quadrado de E e I ; EI o produto entre as variáveis E e I ; L = *dummy* para situação legal do trabalhador (com ou sem carteira); RM = *dummy* para residente em região metropolitana ou não; Ch = *dummy* para chefe de família ou não; Gen = *dummy* para sexo masculino; $Sind$ = *dummy* para sindicalizado; UF = *dummies* para unidade da federação em que reside o trabalhador; Cor_i = *dummies* para cor (branca; negra; amarela); e μ_i = erro da estimação dos prêmios de salários.

Seja \mathbf{a} o vetor de proporção na força de trabalho de cada atividade, e \mathbf{c} e \mathbf{b} os coeficientes estimados sob a forma de vetores para as equações (1) e (2) respectivamente. Ainda segundo Pinheiro e Ramos (1995), tem-se que os diferenciais d_k e os prêmios p_k “são medidos como o desvio em relação às médias setoriais ponderadas dos coeficientes das *dummies* de atividade das equações (1) e (2), usando as participações na força de trabalho como pesos” (p.204)⁵. Formalmente:

$$d_k = c_k - \mathbf{a}' \mathbf{c} \quad (3)$$

$$p_k = b_k - \mathbf{a}' \mathbf{b} \quad (4)$$

Nosso objetivo está em documentar os diferenciais e prêmios empíricos associados aos diferentes setores da economia. A identificação de efeitos causais seria o passo natural da pesquisa, mas de complexidade superior à proposta do artigo. De qualquer forma, a

⁵ A metodologia de Pinheiro e Ramos é comparável em seus resultados finais à metodologia empregada por Arbache e DeNegri (2004).

interpretação dos resultados levará em conta problemas como autosseleção e simultaneidade no modelo de regressão.

3 RESULTADOS OBTIDOS

Foram estimadas por Mínimos Quadrados Ordinários as equações (1) e (2) e os resultados obtidos para os diferenciais e prêmios de salários, definidos em (3) e (4) estão apresentados na Tabela 2. Os resultados completos das regressões estão disponíveis com os autores e não são apresentados por falta de espaço.

Para os anos de 1995 e 2005, os assalariados sindicalizados percebem uma remuneração em média 13% acima daqueles não sindicalizados. Muito embora o efeito da sindicalização de cada trabalhador individualmente esteja sendo controlado pela *dummy* de sindicalização, pode-se ainda verificar uma relação positiva entre percentual de sindicalizados no setor e prêmios, isto porque o número de filiados de um sindicato pode ser considerado uma *proxy* do seu poder de barganha. O setor de Extração de Petróleo, por exemplo, é o que paga o maior prêmio de salário para o ano de 2005 e tem quase 52% dos seus trabalhadores filiados a sindicatos, muito acima da média da amostra, que é de 20%. Analogamente, setores que pagam prêmios de salários muito baixos, têm baixo percentual de trabalhadores sindicalizados: o setor de Serviços Domésticos é um dos piores prêmios de 2005 e têm apenas 3,5% dos seus trabalhadores filiados a um sindicato.

À primeira vista, as estruturas dos diferenciais e prêmios de salários para os anos de 1995 e 2005 exibem claramente as disparidades de remuneração entre os setores. Para ambos os anos, setores como Extração de Petróleo, Intermediação Financeira, Eletricidade e Gás, Transporte Aéreo, dentre outros, pagaram alguns dos mais altos prêmios de salários, resultados semelhantes aos encontrados por Pinheiro e Ramos (1995). Esse resultado é também compatível com as teorias de determinação de rendimentos, já que esses três setores caracterizam-se por alta concentração e apropriação de lucros não competitivos, demanda por trabalho qualificado e presença de empresas estatais. De forma análoga, setores mais pulverizados e que exigem mão de obra menos qualificada, como Pesca, Agricultura, Silvicultura e Serviços Domésticos tendem a ser os que pagam prêmios negativos.

É também o setor de Refino de Petróleo – classificado como de alta intensidade tecnológica⁶ – aquele que detém a maior participação no total do investimento em P&D, segundo dados cruzados da PIA (Pesquisa Industrial Anual) 2003 com a PINTEC (Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica) 2000. No outro extremo, os setores de Fabricação de Produtos Têxteis e de Alimentos e Bebidas, que são classificados como de baixa intensidade tecnológica, estão também entre os setores que pagam piores prêmios de salários. Pode-se, de maneira intuitiva, ratificar a existência de uma relação positiva entre o grau de tecnologia empregado no setor e os prêmios de salários, sugerindo estudos mais aprofundados sobre esta relação.

TABELA 2 - DIFERENCIAIS E PRÊMIOS POR SETOR DE ATIVIDADE.

Classificação Cnae Domiciliar		1995			2005		
Setor a 2 dígitos	Descrição	Diferencial	Prêmio	Ordem	Diferencial	Prêmio	Ordem
1	Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	-0,578	-0,147	48	-0,596	-0,252	51
2	Silvicultura, Exploração Florestal e Serviços Relacionados	-1,176	-0,04	43	-0,487	-0,155	49
5	Pesca, Aquicultura e Atividades dos Serviços Relacionados	-0,791	0,246	13	-0,719	-0,271	52
10	Extração de Carvão Mineral	0,391	0,088	32	0,744	0,392	5
11	Extração de Petróleo, Gás Natural e Serviços Relacionados	1,633	0,867	1	1,184	0,763	1
12	Extração de Minerais Radioativos	0,421	-0,009	42	0,736	0,338	8
13	Extração de Minerais Metálicos	0,31	0,298	9	0,501	0,371	6
14	Extração de Minerais Não-Metálicos	0,051	0,151	22	0,266	0,28	12
15	Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	0,042	0,127	25	-0,088	-0,077	45
16	Fabricação de Produtos do Fumo	0,478	0,335	7	0,103	0,016	31
17	Fabricação de Produtos Têxteis	-0,131	0,062	36	-0,062	-0,091	46
18	Confecção de artigos de vestuário e acessórios	-0,727	0,076	33	-0,277	-0,07	44

⁶ A classificação baixa, média baixa, média alta e alta intensidade tecnológica referem-se à razão entre gastos em P&D e receita líquida de vendas.

19	Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro	0,039	0,01	39	-0,053	-0,011	35
20	Fabricação de Produtos de Madeira	-0,044	0,093	31	-0,096	-0,024	37
21	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,636	0,153	21	0,275	0,013	32
22	Edição, Reprodução de Gravações	0,688	0,161	20	0,451	0,173	19
23	Fabricação de Coque, Ref. Petróleo, Elab. Comb. Nucleares e Prod. do Alcool	1,431	0,64	2	0,653	0,325	9
24	Fabricação de Produtos Químicos	0,506	0,184	19	0,516	0,214	16
25	Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,458	0,146	23	0,322	0,067	29
26	Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	0,159	0,104	29	-0,031	-0,029	39
28	Fabricação de Produtos de Metal - Exceto Máquinas e Equipamentos	0,637	0,234	14	0,243	0,101	26
29	Fabricação de Máquinas e Equipamentos	0,651	0,193	17	0,511	0,199	17
31	Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materias Elétricos	0,743	0,214	15	0,447	0,123	24
32	Fabricação de Mat. Eletrônicos e de Aparelhos e Equip. de Comunicações	0,055	0,067	35	0,417	0,12	25
34	Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboque e Carroceria	0,503	0,266	12	0,659	0,228	15
36	Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,333	0,123	28	0,062	0,007	33
40	Eletricidade, Gás e Água Quente	1,128	0,457	4	0,793	0,351	7
41	Captação, Tratamento e Dist. de Água	0,676	0,307	8	0,677	0,284	11
45	Construção	0,156	0,126	27	-0,112	-0,009	34
50	Comércio e Reparação de Veículos Auto e Motocicletas	0,64	0,204	16	0,043	-0,021	36
53	Comércio a Varejo e por Atacado e Reparação de objetos pessoais e domésticos	0,166	0,103	30	0	-0,067	43

55	Alojamento e Alimentação	0,15	0,132	24	-0,262	-0,157	50
60	Transporte Terrestre	0,569	0,276	10	0,163	0,054	30
61	Transporte Aquaviário	0,742	0,561	3	0,252	0,14	21
62	Transporte Aéreo	1,033	0,382	6	1,058	519	3
63	Atividades Anexas e Auxiliares do Transporte e Agências de Viagem	0,522	0,192	18	0,287	0,082	28
64	Correio e Telecomunicações	0,592	-0,009	41	0,558	0,128	22
65	Intermediação Financeira exclusiva Seguros e Previdência Privada	1,211	0,386	5	1,216	0,523	2
66	Seguro e Previdência Privada	0,991	0,275	11	0,758	0,288	10
67	Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira	0,729	0,006	40	0,523	0,194	18
70	Atividades Imobiliárias	-0,047	-0,196	49	-0,049	-0,128	48
71	Aluguel de Veículos, Máquinas e Equipamentos sem Condutores	0,382	0,126	26	0,022	-0,066	42
73	Pesquisa e desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas	0,899	0,076	34	1,085	0,491	4
74	Serviços prestados principalmente às Empresas	0,668	0,025	38	0,163	-0,026	38
75	Administração Pública, defesa e seguridade social	0,416	-0,091	46	0,371	0,276	13
80	Educação	-0,283	-0,546	52	0,49	0,231	14
85	Saúde e Serviços Sociais	0,19	-0,079	45	0,346	0,141	20
90	Limpeza Urbana e Esgoto; e Ativ. Conexas	-0,575	-0,33	51	-0,172	-0,042	40
91	Atividades Associativas	-0,012	-0,13	47	0,292	0,098	27
92	Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	0,05	-0,044	44	0,262	0,124	23
93	Serviços Pessoais	-1,031	0,057	37	-0,178	-0,053	41
95	Serviços Domésticos	-0,967	-0,207	50	-0,509	-0,121	47

FONTE: Dados Brutos PNAD 1995 e 2005.

NOTAS: * Ordem decrescente dos prêmios para o ano de 1995.

** Ordem decrescente dos prêmios para o ano de 2005.

O comportamento dos prêmios de salário pagos pelo setor de Transporte Aéreo no período merece destaque. O setor teve sua estrutura de concorrência em muito afetada pela entrada de novas concorrentes, com propostas de baixos custos. Note que das três maiores empresas do setor em 1995, apenas uma continuava a voar em 2005. Era de se esperar então que o setor exibisse uma queda nos prêmios de salário, fato que não ocorreu: em verdade, o setor de Transporte Aéreo passou do 7º lugar na tabela em 1995 para o 4º em 2005.

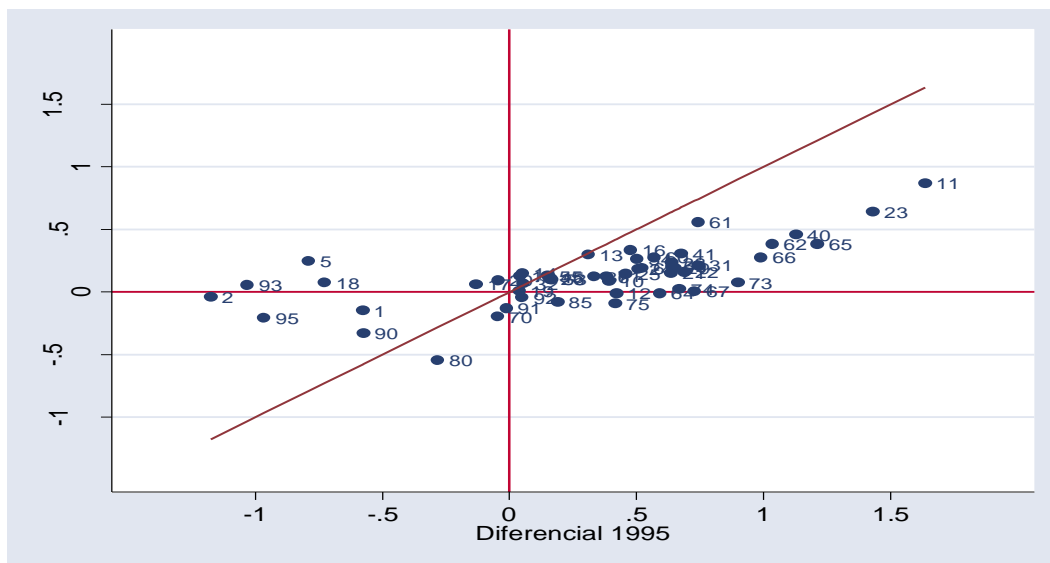
Nas últimas posições da tabela não há grande uniformidade: o setor de Educação que exibe o menor prêmio para o ano de 1995, em 2005 ocupa o 15º lugar na tabela, pagando um prêmio positivo de 0,231. Comportamento contrário apresenta o setor de Pesca e Aquicultura que em 1995 ocupa o 14º lugar na tabela, e em 2005 se encontra na última posição da tabela, pagando um prêmio negativo de -0,271.

Uma primeira inspeção visual aos gráficos 1 e 2 revela dois resultados muito interessantes: em ambos a amplitude dos prêmios é menor do que a dos diferenciais e a introdução das variáveis de controle reduziu o valor absoluto dos diferenciais para a maioria dos setores. Este último resultado corrobora o argumento de Pinheiro e Ramos (1995) de que normalmente os trabalhadores alocados em setores que pagam prêmios mais altos de salário são aqueles mais qualificados.

Os setores Pesca e Aquicultura, Extração de Minerais Não-Metálicos, Fabricação de Produtos Alimentícios, Comércio a Varejo e por Atacado, Confeção de Artigos do Vestuário, Serviços Domésticos, dentre outros, apresentaram prêmios maiores do que os diferenciais, o que reafirma o argumento apresentado anteriormente. Ainda assim, apesar de exibirem diferenciais relativamente maiores, muitos desses setores em 2005 ainda pagam prêmios de salários negativos.

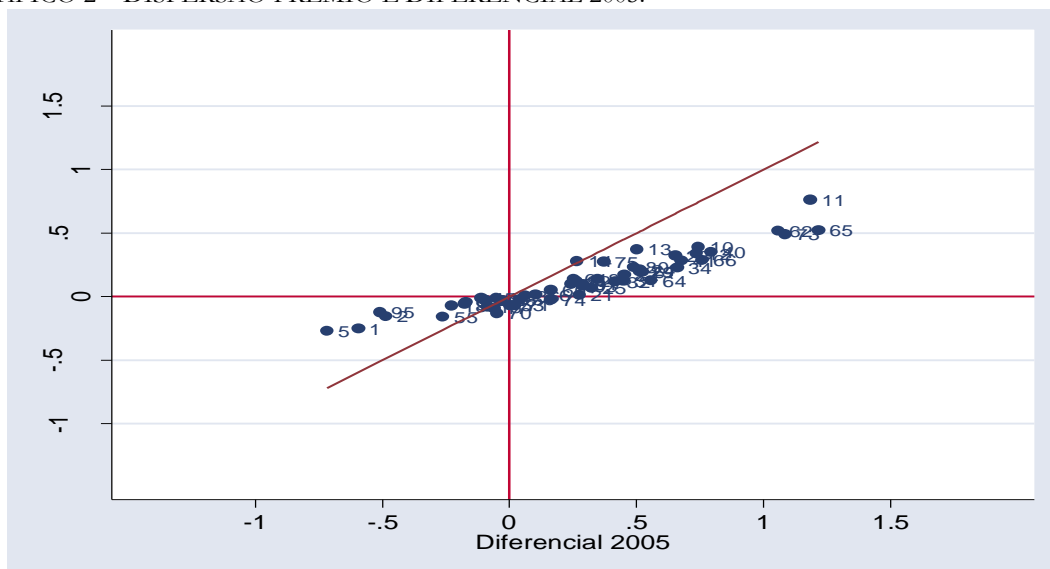
Outro aspecto a ser ressaltado é a maior homogeneidade dos trabalhadores no ano de 2005, quando comparado ao de 1995. Pelos gráficos 1 e 2 nota-se claramente que as observações estão muito mais próximas umas das outras e mais próximas da reta de 45º, o que equivale dizer que tanto a amplitude dos prêmios quanto a dos diferenciais diminuiu no período em questão.

GRÁFICO 1 – DISPERSÃO PRÊMIO E DIFERENCIAL 1995.



Comparando-se prêmios e diferenciais, tem-se que a amplitude dos segundos é quase duas vezes superior a dos primeiros. Para o ano de 2005 essa diferença é ainda maior: a amplitude dos diferenciais é aproximadamente 2,6 vezes maior que a dos prêmios.

GRÁFICO 2 – DISPERSÃO PRÊMIO E DIFERENCIAL 2005.



É importante ainda destacar a forte correlação entre diferenciais e prêmios, segundo o coeficiente de correlação de Spearman. Para 1995, o coeficiente é da ordem de 0,68 enquanto que para 2005 é aproximadamente de 0,94. Para tal resultado, Pinheiro e Ramos (1995) afirmam que “[...] ou os prêmios salariais são um importante componente dos

diferenciais de salários, ou que são os trabalhadores mais bem qualificados que recebem prêmios positivos, ou ambas as coisas.”(p.209).

O aumento da correlação entre diferenciais e prêmios, comparando-se 1995 com 2005, já era um resultado esperado, tendo em vista os gráficos 1 e 2. Um fator que ajudaria a explicar tal resultado é a maior homogeneidade dos trabalhadores, no que tange às suas características individuais. A amostra aqui considerada, representativa da força de trabalho brasileira, tornou-se mais homogênea por diversos fatores, dentre os quais podemos destacar: uma maior educação formal e o aumento do percentual de mulheres no total da força de trabalho. É razoável supor que uma maior escolaridade média e redução na desigualdade escolar levariam a uma maior homogeneidade dos trabalhadores dentro de cada setor, o que se refletiria em uma maior homogeneidade entre os diferentes setores. Por sua vez, trabalhadores mais homogêneos passam a sofrer maior competição e substituição, o que contribui também para a redução dos prêmios.

Outro argumento possível seria as mudanças tecnológicas sofridas pelos setores, no período analisado. Estas podem ter tornado o capital humano específico menos relevante e com isso terem contribuído para a queda dos prêmios setoriais.

Pode-se pensar, alternativamente, que o estímulo à maior concorrência, devido à liberalização comercial que o país sofreu no período, tenha reduzido as disparidades entre os prêmios, ao menos naqueles setores em que o peso do comércio exterior seja mais relevante (dentre os quais podemos destacar aqueles ligados a agricultura e indústria). Isto porque os setores que se beneficiavam de barreiras protecionistas, após a liberalização comercial passaram a sofrer concorrência externa e aqueles que tinham restrições à exportação não o tem mais, o que inclui ainda a possibilidade de importação de insumos. Todavia, essa hipótese não pôde ser diretamente testada no presente estudo em virtude da incompatibilidade das classificações setoriais das diferentes fontes de dados necessárias para a realização de tal teste. Esta incompatibilidade é notória, forçando autores a trabalhar com poucos e agregados setores, como em Arbache e Corseuil (2003).

Por sua vez, as dispersões dos diferenciais e prêmios ao longo do tempo não têm um padrão visível, como se observa pelos gráficos 3 e 4. Ao contrário do que acontece nas dispersões diferenciais x prêmios para cada ano (gráficos 1 e 2), não se pode visualizar uma homogeneidade nos pontos. Isto é, diferenciais entre si (ao longo do período) não parecem estar tão correlacionados quanto os diferenciais e prêmios para cada ano separadamente. O

mesmo parece ocorrer para os prêmios entre si, embora seja possível dizer por inspeção visual que sua amplitude é menor do que a do gráfico 3.

GRÁFICO 3 – DISPERSÃO DIFERENCIAIS 1995 E 2005

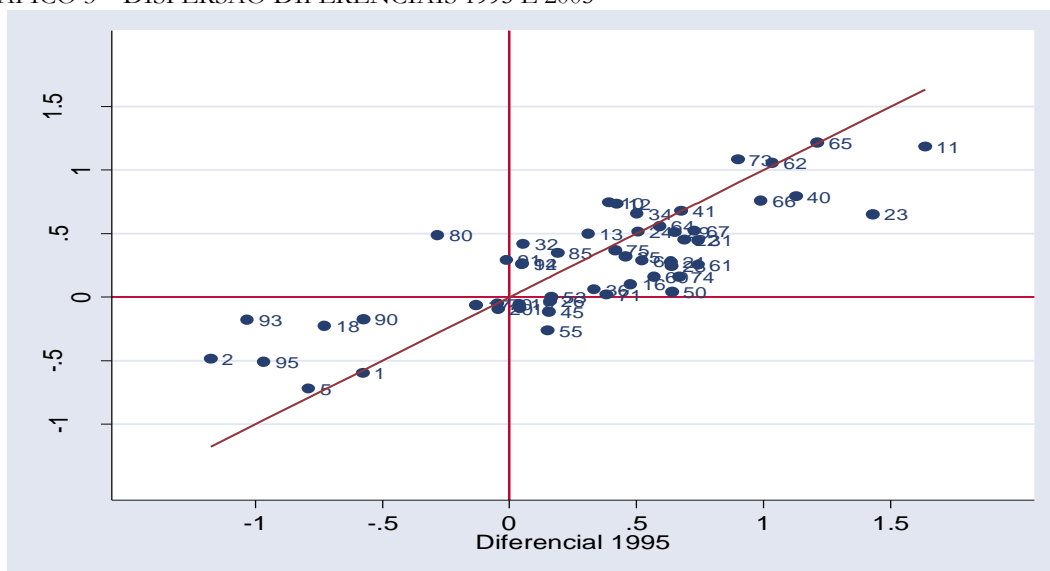
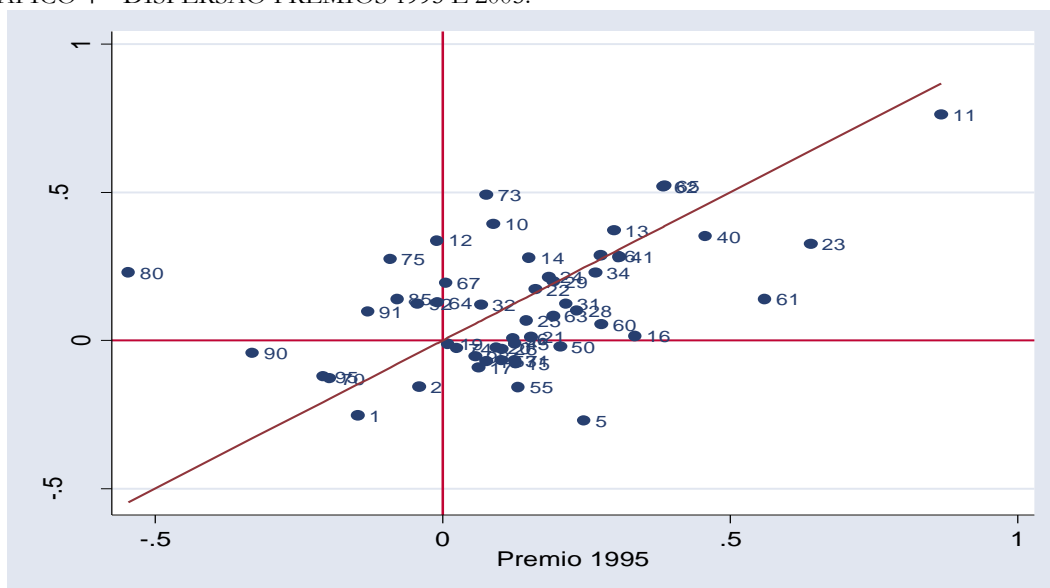


GRÁFICO 4 – DISPERSÃO PRÊMIOS 1995 E 2005.



Em suma, grande parte dos setores que pagavam os maiores prêmios de salários em 1995 se manteve nas primeiras posições em 2005. Há de se destacar as características em comum desses setores, que, dentre outras hipóteses, podem ser associadas com os prêmios: grau de concentração do setor, nível tecnológico empregado e presença de monopólios estatais. Outro resultado importante é o de que os diferenciais tendem a diminuir em valor

absoluto após a introdução de variáveis de controle, o que vale dizer que os trabalhadores mais qualificados estão alocados em setores que pagam prêmios de salários mais altos.

4 COMENTÁRIOS FINAIS

O estudo dos diferenciais intersetoriais de salários no Brasil pode contribuir em muito para o entendimento do que gera as desigualdades de renda, tão persistentes ao longo do tempo. Em especial no período estudado (1995-2005), o país passou por mudanças estruturais na economia, tais como privatizações, consolidação da estabilidade monetária e abertura comercial que tiveram impactos significativos sobre o mercado de trabalho e que por si justificam o estudo comparado das estruturas dos diferenciais de salários. O tema já foi estudado em profundidade com dados dos anos 1990 particularmente por Pinheiro e Ramos (1995) e Arbache e DeNegri (2005). Todavia os estudos não cobrem o período mais recente, de maior estabilidade de preços, pós Plano Real.

A filiação industrial mostrou-se fonte significativa para os diferenciais de salários no Brasil de 1995 a 2005. Considerando a utilização das variáveis de controle para as características individuais e dos postos de trabalho, vale dizer: para indivíduos comparáveis persistem diferenciais significativos associados ao setor em que está empregado.

Embora não sejam deveras semelhantes, as estruturas dos diferenciais de salários para os anos de 1995 e 2005 guardam alguns aspectos comuns, sobretudo nos setores que pagam os maiores prêmios de salários. Neste período as equações de rendimento estimadas revelaram mudanças marcantes que recomendam maiores estudos: embora os homens percebam salários bem acima do das mulheres, esse diferencial tenha caído pela metade para o período considerado; e enquanto que os trabalhadores com carteira assinada receberam 29% a mais, em média, do que aqueles trabalhadores informais em 1995 o diferencial caiu para 17% a mais em 2005.

Em resumo, por meio de equações mincerianas e da utilização de variáveis de controle, foi possível concluir que os diferenciais intersetoriais de salários no Brasil são significativos e persistentes no período estimado (1995-2005). As limitações deste estudo, em especial no que tange à omissão de variáveis que potencialmente explicariam ainda mais os diferenciais, são reconhecidas e talvez a maior contribuição que poderia ser feita resida nas variáveis de controle do modelo, de forma a melhor assegurar que os diferenciais encontrados podem ser puramente atribuídos à filiação industrial.

Dentre outras hipóteses possíveis, pode-se sugerir a existência de uma associação entre os prêmios (diferenciais controlados) e grau de concentração do setor, presença de estatais e nível tecnológico setorial. No presente estudo, não foi possível testar direta e empiricamente essa relação em virtude da incompatibilidade das diversas classificações setoriais das diferentes fontes de dados.

REFERÊNCIAS

- ARBACHE, J. S. ; DE NEGRI, J. A.. Filiação industrial e diferencial de salários no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**. v.58, n. 2, p.159-184, Rio de Janeiro, 2004.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.S.P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 1995 (Texto para discussão, n.337).
- COELHO, A.M.; CORSEUIL, C.H. Diferenciais Salariais no Brasil: um breve panorama. In: CORSEUIL, C.H. (Editor) *et al.* **Estrutura Salarial: Aspectos Conceituais e novos resultados para o Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 152 p.
- EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A moderna economia do trabalho**. São Paulo: Makron Books, 2000.
- ESTEVES, L. A. ; MARTINS, P.. Rent-Sharing nas Indústrias Brasileiras. In: DE NEGRI, J.; DE NEGRI, F.; COELHO, D.. (Org.). **Tecnologia, Exportação e Emprego**. 1 ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2006, v. , p. 341-366.
- MENEZES-FILHO, N. Equações de rendimentos: questões metodológicas. In: CORSEUIL, C.H. (Editor) *et al.* **Estrutura Salarial: Aspectos Conceituais e novos resultados para o Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 152 p.
- MINCER, J. Schooling, Experience and earnings. **National Bureau of Economic Research and Columbia University**. Nova Iorque, 1974.167p.
- PINHEIRO, A. C. ; RAMOS, L. **Diferenciais Intersetoriais de Salários no Brasil**. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, p. 197-220, 1995
- RAMOS, L.; VIEIRA, M.L. **Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes**. Rio de Janeiro. IPEA, 2001 (Texto para discussão, n. 803).

